PROCESSO CEE N° 556/77

INTERESSADO: Faculdade de Ciências e Letras de Avaré, mantida pela Fundação Educacional de Avaré

ASSUNTO: Implantação do Ciclo Básico Regularização.

PARECER CEE N° 1335/78 CTG - APROVADO EM: 01/11/78

RELATORA: Cons^a Dalva Assumpção Soutto M a y o r

I - RELATÓRIO

1. HISTÓRICO:

O Parecer CEE N° 1028/77, aprovado em 23.11.77, confirmando e decidindo sobre o contido no Parecer CEE N° 259/76, relatado pela Prof^a. Dra. Amélia Americano Domingues de Castro, decidiu, pelo voto do plenário, que o projeto de implantação do Ciclo Básico pela Faculdade de Ciências e Letras de Avaré era não apenas inviável, como desprovido de amparo legal.

Pelo ofício n° 929/77, de 13.12.77, a Faculdade em causa requer a regularização dos atos escolares que até aquela data violavam dois pareceres deste Conselho, descumprindo-os: os acima citados CEE n° 259/76 e CEE n° 1028/77.

Pelo ofício n° 09/78, de 19.01.78, a direção da escola solicita que este Conselho archive a petição, a fim de que a Faculdade "faça um reestudo da questão, uma vez que, para o ano em curso, já não é possível a sua implantação, como era nosso desejo" (sic, fls. 118 do processado).

Pelo Ofício n° 235/78 (FCL), afirma a escola que o plano de regularização "foi distribuído para estudo e relato a Sra. Doutora Conselheira Dalva Assumpção Soutto Mayor, que até o presente momento não apresentou o parecer" (sic, fls. 134 do Processado).

2. FUNDAMENTAÇÃO:

Em 06 de março de 1978 entreguei à Câmara de Terceiro Grau, conforme consta no processado a fls. 132 e 133, meu parecer acerca da matéria, no qual concluía que a situação de flagrante ilegalidade da Faculdade só permitia a solicitação de abertura de inquérito administrativo, nos termos da legislação em vigor.

Chegou-se, todavia, a um consenso no sentido de que o malsinado "Ciclo Básico" implantado pela escola poderia ser diligenciado, a fim de que os alunos, ilaqueados pela entidade, não viessem a ser prejudicados.

Em resumo, a instituição, ao invés de aguardar, como devia, a decisão, em matéria de tal importância, que alterava substancialmente seu plano curricular, e, de plano, modificava seu regimento, antecipou-se as duas decisões deste Colegiado. Envolveu seus alunos num projeto curricular não homologado, alterou dispositivos de seu regimento. Solicitou regularização de irregularidade insanável e solicitou arquivamento de um pedido de regularização do que impossível de regularizar-se já era.

Modificando sua estrutura acadêmica sem que a própria Co-missão de Fiscalização do CEE notificasse a autoridade, a escola em causa descumpriu manifestação expressa deste Conselho, através dos pareceres supra citados.

Trata-se, portanto, de infração da maior gravidade, não apenas às decisões deste Colegiado, mas especialmente era relação a seus alunos de cuja regularidade acadêmica haverá de questionar-se, na atual circunstância.

Por outro lado, pelo contido no Processo CEE n° 879/77, superiormente relatado pelo nobre Conselheiro Prof. Alpínolo Lopes Casali, em 29 de junho, a Equipe Técnica de Orientação e Controle dos Estabelecimentos Isolados de Ensino Superior, pelo ofício n° 74/77, relatava que a Faculdade em causa mantinha "um Ciclo Básico sem a devida autorização deste Colegiado".

O nobre Conselheiro Alpínolo Lopes Casali, nesse processo CEE n° 870/77, exarava minudencioso Parecer, adotado pela Câmara de 3° grau e aprovado pelo Plenário (Parecer CEE n° 0672/77 - CTG), onde judicialmente advertia que "cabará exclusivamente a responsabilidade por eventuais prejuízos que seus alunos venham a padecer em consequência, como resultado da criação do Ciclo Básico para cursos díspares, de inobservância de Resolução do Conselho Federal de Educação sobre currículos mínimos e cargas horárias, inclusive, quanto a estas, deliberações do Conselho Estadual de Educação. (grifos meus).

Desde 15 de julho de 1977, portanto, data do lúcido parecer do Prof. Alpínolo Lopes Casali, graças às diligências da Equipe Técnica deste Conselho contidas naquele processado (CEE n° 879/77), esta a Faculdade ciente de que viola dispositivos do Conselho Federal de Educação e do Conselho Estadual de Educação.

Procedeu a Assistência Técnica deste Conselho - com a diligência e a proficiência que a caracterizam - a um estafante e minudencioso estudo acerca do "Plano de Adaptação" (sic) proposto pela escola.

Tudo levaria a crer que, em linhas gerais, o "Ciclo Básico", ilegalmente oferecido pela escola estaria regularizado através do citado "Plano".

II - CONCLUSÃO

A fim de que os alunos dos cursos da Faculdade de Ciências e Letras de Avaré não fiquem prejudicados por ato ilegal por eles não gerado, o processo de regularização curricular proposto pela Faculdade de Ciências e Letras de Avaré (Plano de Adaptação) pode ser aprovado, cumpridas as seguintes formalidades: (1) somente os alunos matriculados em 1976 e em 1977 no inexistente "Ciclo Básico" poderão ter seus estudos regularizados; (2) os alunos matriculados a partir de 1978 ou anteriormente à implantação do "Ciclo Básico" seguirão rigorosamente os planos curriculares aprovados por este Conselho; (3) a Comissão de Fiscalização deste Conselho acompanhará, in loco, todo o processo de regularização, e imitirá, acerca de seus trabalhos, circunstanciado relatório, inclusive com a relação nominal dos alunos que tiveram sua vida escolar regularizada, nos termos deste Parecer; (4) a relação nominal dos alunos que tiveram seus estudos regularizados será re-metida à Delegacia Regional do Ministério da Educação e Cultura, a fim de que a mesma possa autorizar, à época própria, o regis-

tro dos diplomas desses alunos; (5) a Comissão Fiscalizadora deste Conselho apurará se os alunos que cursaram o ilegal "Ciclo Básico" pagaram importâncias a mais e, se tal fato tiver ocorrido a escola deverá restituir as importâncias pagas.

São Paulo, 11 de outubro de
1978

Dalva Assumpção Soutto
Mayor Relatora

III - DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara do Ensino do Terceiro Grau adota como seu parecer o voto da Relatora.

Presentes os nobres Conselheiros: Alpínolo Lopes Casali, Celso Volpe, Dalva Assumpção Soutto Mayor, Eurípedes Malavolta, Henrique Gamba, Luiz Ferreira Martins, Nicolas Boer, Paulo Gomes Romeo e Renato Alberto T. Di Dio.

Sala da Câmara do Terceiro Grau, em 18/10/78

Cons. Henrique Gamba - Presidente

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Terceiro Grau, nos termos do Voto da Relatora.

Sala "Carlos Pasquale", em 01 de novembro de 1.978

a) Cons. MOACYR EXPEDITO M. VAZ GUIMARÃES
Presidente